

Ações do município voltadas para a infância e adolescência: um estudo de caso de políticas públicas no Rio Grande do Sul¹

Marcos Artêmio F. Ferreira²
Maria Cristina I. Valenzuela³
Áurea J. Maciel⁴
Evandro S. P. Martins⁵
Liziane B. de Oliveira⁵
Matheus N. da Silva⁵
Eleni Raquel da Silva⁵

Introdução

Atendendo ao Edital RH-SST 007/97, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal da Educação Superior (Capes), a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS) foi selecionada para o desenvolvimento do estudo denominado *Estudo de casos múltiplos de trabalho infanto-juvenil em três setores produtivos no Estado do Rio Grande do Sul: avaliação dos determinantes e efeitos do trabalho precoce em crianças e adolescentes até 14 anos*. Tal como aprovado, o projeto pretendia abranger três setores produtivos, focalizando três sedes territoriais, a saber: fumo no município de Santa Cruz do Sul, acácia no município de Butiá e pedreiras no município de Nova Prata. Em face das dificuldades para conciliar as cláusulas/termos de convênio entre a Capes e Secretaria da Saúde-ESP/RS, observou-se a impossibilidade de utilização plena dos recursos alocados para o projeto. A equipe de pesquisa decidiu realizar os estudos na cidade de Nova Prata, atendendo ao critério da inexistência de pesquisas brasileiras sobre a presença de crianças e adolescentes na zona de pedreiras no país.

As primeiras aproximações de campo na cidade de Nova Prata indicaram a inexistência *aparente* de crianças e adolescentes trabalhando no citado setor produtivo. Observamos, nesta etapa, que as intervenções recentemente realizadas pela Delegacia do Trabalho de Porto Alegre, na região, tinham dado por resultado um bom impacto na erradicação do trabalho infanto-juvenil na cidade. As representações institucionais locais (governamentais e não-governamentais) mostraram-se sensibilizadas quanto ao problema e, de alguma forma, as iniciativas a respeito já acusavam resultados positivos. A questão da erradicação do trabalho infanto-juvenil na zona de pedreiras, entretanto, não indicava a ausência completa destes adolescentes em outros setores produtivos. A outra questão que preocupava o grupo de pesquisa era a qualidade da resposta institucional governamental direcionada a este segmento social.

Diante dessa realidade, redimensionou-se o projeto no final do ano de 1998,

¹ Projeto financiado pelo Edital RH-SST da Capes. Seu título original é "Estudo de casos múltiplos de trabalho infanto-juvenil em três setores produtivos no RS: avaliação dos determinantes e efeitos do trabalho precoce em crianças e adolescentes até 14 anos."

² Sanitarista, doutor, docente da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS).

³ Assistente social, mestre, docente da ESP/RS.

⁴ Socióloga, especialista em saúde pública, docente da ESP/RS.

⁵ Bolsistas de iniciação científica (Capes).

sendo a ênfase do estudo *Políticas públicas no município, voltadas para a infância e adolescência e o trabalho precoce: um estudo de caso na cidade de Nova Prata – RS*.

As diretrizes básicas do estudo foram:

- mudanças no cenário econômico, com diversificação e dispersão da mão-de-obra infantil;
- mudanças no cenário institucional, pelo contato com iniciativas de erradicação do trabalho infantil;
- insuficiência/inexistência de políticas públicas para a infância;
- impactos do trabalho precoce sobre a saúde e o desenvolvimento físico.

O referido projeto teve como objetivos:

- estudar as diferentes inserções de crianças no mercado de trabalho de Nova Prata;
- estudar e avaliar as ações de governo no município em relação à infância;
- avaliar a adequação da rede de ensino à demanda por vagas;
- investigar os lugares onde estão trabalhando as crianças de Nova Prata;
- avaliar os fatores de risco e insalubridade dos locais de trabalho das crianças e adolescentes;
- avaliar o estado de saúde das crianças e adolescentes que trabalham.

Desenvolvimento do projeto

A primeira parte do projeto correspondeu ao levantamento bibliográfico e estatístico e à interlocução com as instituições governamentais e não-governamentais, com a finalidade de conhecer a realidade sócio-política e econômica da região e do município de Nova Prata. Paralelamente, a equipe de pesquisa deparou-se com os obstáculos administrativos apresentados pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS), instituição a qual os pesquisadores são subordinados, e pela Capes para a viabilização financeira do projeto. Durante o período em que se aguardava os encaminhamentos jurídicos e administrativos, a equipe se dedicou a realizar seminários de metodologia de pesquisa qualitativa junto a seus bolsistas.

A segunda etapa correspondeu à elaboração dos instrumentos de pesquisa, conjuntamente com as viagens a Nova Prata para a testagem dos mesmos. As visitas à cidade foram aproveitadas para o aprofundamento do conhecimento do setor produtivo de extração de basalto no local das pedreiras e visitas a usinas de reciclagem de lixo.

A terceira etapa foi de aplicação dos instrumentos, realizando entrevistas com representantes de ONG; famílias; representantes de Conselhos Tutelares; Direito da Criança e do Adolescente; Assistência Social; gestores das secretarias municipais de saúde, educação, turismo, habitação, bem-estar social e obras; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS); Câmara de Diretores Lojistas; Câmara da Indústria e Comércio; Pastoral da Criança; escolas e Gabinete do Prefeito Municipal.

É necessário destacar que durante os meses de dezembro de 1999 a março de 2000 foram interrompidas as viagens devido ao período de recesso escolar e de férias de muitos gestores públicos e representantes da sociedade civil.

Principais resultados e/ou produtos obtidos

A execução do atual projeto exigiu dos pesquisadores uma carga de trabalho paralela ao âmbito metodológico, visto que a interlocução com a opinião pública trouxe vários tipos de demanda, entre elas: assessorias a fóruns interinstitucionais e a organismos não-governamentais, palestras, conferências, *papers*, apresentações do projeto em vários espaços, entre outras. A tônica política dos pesquisadores se centrou na sensibilização de vários setores sociais na missão de abrir a discussão sobre o trabalho precoce e adolescente e a qualidade das respectivas políticas públicas.

As entrevistas, junto às oficinas formativas/educativas que alertavam para o conteúdo jurídico legal, demonstraram subsídios que indicaram novos pontos de investigação e aprofundamento da temática quanto aos conhecimentos de seguridade no trabalho dos adolescentes.

Atualmente, a equipe elabora partes do relatório final com seus respectivos indicadores de impacto a partir da metodologia escolhida.

Palavras-Chave: Trabalho infanto-juvenil; Nova Prata; Rio Grande do Sul; Memória institucional; Secretaria da Saúde – SES/RS.